**Relações entre coparentalidade, envolvimento parental e comportamento de crianças em idade pré-escolar**

O projeto intitulado: “**Relações entre coparentalidade, envolvimento parental e comportamento de crianças em idade pré-escolar**”, coordenado pelo prof. Dr. Mauro Luís Vieira, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, investiga as repercussões das relações familiares no comportamento de criança pré-escolar em famílias biparentais heteroafetivas na região sul do Brasil e suas implicações socioculturais.

A coleta de dados foi realizada com 171 famílias biparentais heteroafetivas com crianças com desenvolvimento típico. Como critérios de inclusão os pais e mães deveriam ter tido essa criança focal após seus 18 anos de idade, o casal precisava coabitar há pelo menos seis meses, e a criança-alvo deveria ter idade entre quatro e seis anos, 11 meses e 29 dias. Os participantes (171 mães e 171 pais) responderam a questionários sobre sua relação com o/a filho/a (parentalidade), sua relação com o/a companheiro/a com quem divide os cuidados da criança (coparentalidade), e sobre o temperamento e comportamento infantil.

As famílias foram acessadas através de instituições de educação infantil, escolhidas por acessibilidade, em quatro regiões do sul do Brasil (microrregiões de Florianópolis e Itajaí no estado de Santa Catarina, e mesorregiões do Noroeste Rio-Grandense e Centro Ocidental Paranaense). Também foi utilizada a amostragem denominada “bola de neve”, por meio da qual as famílias que participaram da pesquisa indicam outras famílias como possíveis participantes (Gray, 2012).

Os pais/padrastos tinham em média 37,94 (DP ± 6,77) anos de idade, 15,32 (DP ± 5,76) anos de escolaridade e 40,55 (DP ± 13,31) horas semanais de jornada de trabalho. As médias das mães participantes foram de 35,17 (DP ± 5,79) anos de idade, 16,21 (DP ± 5,87) anos de escolaridade e 34,47 (DP ± 14,07) horas semanais de jornada de trabalho. O tempo de união média do casal foi de 10,41 anos (DP ± 4,41). As crianças pré-escolares participantes do estudo, 93 meninos e 78 meninas (respectivamente, 54% e 46%), tinham 61,58 (DP ± 7,93) meses de idade em média, o que corresponde a aproximadamente cinco anos.

A primeira análise estatística que fizemos foi a comparação da atividade parental entre pais e mães da amostra de estimular o desenvolvimento da autonomia e da perseverança infantil, ao mesmo tempo em que impõe os limites necessários à segurança da criança (função de Abertura ao Mundo) por essa teoria ainda ser pouco estudada no Brasil. Os resultados destacaram o exercício do Estímulo à Perseverança em pais e mães brasileiros, e indicaram que em geral as mulheres se empenharam mais nessa atividade que os homens.

Além disso, encontramos oito diferentes perfis de desempenho da Abertura ao Mundo nessa amostra: a) **Pai Ativador e Mãe Ativadora**: estimulam as crianças ao mesmo tempo em que as disciplinam; b) **Pai Protetor e Mãe Protetora**: estimulam bastante a perseverança infantil, mas que pouco impõem limites e estimulam sua autonomia; c) **Pai Imprudente e Mãe Imprudente**: estimulam muito a autonomia e perseverança, mas que não impõem limites ao filhos; d) **Pai Autoritário**: utilizam menos que o necessário da imposição de limites e do estímulo à perseverança, e não estimulam a autonomia dos filhos; e e) **Mãe Superprotetora**: estimulam muito a perseverança e razoavelmente a autonomia, mas que não impõem os limites adequados à criança.

A partir desses resultados constatamos que as famílias encontram-se em um processo de transição em que coexistem famílias que seguem modelos mais tradicionais, cujas mães ainda são as principais responsáveis por aspectos que se relacionam à educação das crianças, e famílias que compartilham o exercício da função de Abertura ao Mundo entre pais e mães.

Entende-se que em nossa sociedade é mais fácil identificar o que esperamos do papel de mãe em comparação ao papel paterno. Nesse sentido, optou-se por investigar mais detalhado o envolvimento do pai com a criança e como o relacionamento entre os adultos responsáveis pela criança em relação à criação dos filhos (coparentalidade) pode afetar esse envolvimento. Para tanto, pesquisou-se o impacto da relação coparental no envolvimento paterno e os efeitos da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento dos filhos e filhas.

Os resultados apontaram que a percepção materna e paterna da coparentalidade explicaram boa parte do envolvimento do pai com os/as filhos/as, entretanto enquanto a percepção paterna contribuiu para que os pais relatassem maior envolvimento, quanto mais as mães relataram ter um bom relacionamento coparental, menos os pais relataram se envolver com as crianças. Uma possível explicação para isso pode ser que as mães entendam que os pais não devam se envolver nos cuidados com as crianças, que esta deve ser uma responsabilidade materna somente.

Outro achado do estudo foi que as coparentalidades da mãe e do pai e o envolvimento paterno juntos são variáveis que contribuem significativamente na explicação dos problemas de comportamento das crianças. Nesse caso, se considerarmos os efeitos das coparentalidades, quanto melhor a mãe percebeu a coparentalidade, menos problemas de comportamento da criança foram relatados. Ao contrário da percepção paterna que se relacionou com maiores dificuldades comportamentais das crianças. Entretanto, ao considerar os efeitos mediador do envolvimento paterno, esses resultados se invertem, ou seja, considerando o envolvimento paterno quanto melhor o pai avaliou o relacionamento coparental, menos problemas de comportamento a criança apresentou; contrariamente, nesse caso, a melhor percepção materna se relacionou a maior presença de dificuldades comportamentais infantis. Esses resultados apontam para a complexidade de compreensão e intervenção em problemas de comportamento das crianças e a importância de considerar a interação entre vários fatores maternos e paternos. Somente a coparentalidade materna explicou positivamente a competência social infantil, o que aponta para modos diferentes de funcionamento da prossociabilidade e dos problemas de comportamento das crianças pré escolares.

Por fim, por meio da modelagem de equação estrutural foi testado o modelo total com todas as variáveis, que responde ao objetivo geral da pesquisa. O modelo inicial incluía variáveis sociodemográficas de pais e mães (idade, escolaridade e jornada de trabalho), aspectos do temperamento infantil (a presença de sentimentos depressivos, de características de impulsividade e hiperatividade, e a capacidade de controlar-se frente a situações de frustração ou medo), qualidade comunicacional e satisfação familiar, satisfação conjugal, qualidade no relacionamento coparental e no relacionamento com a criança (parentalidade) e as capacidades e dificuldades das crianças.

Após as análises estatísticas, o modelo que apresentou um bom ajuste indica que as variáveis sociodemográficas e o temperamento da criança exerceram influências nas coparentalidades e parentalidades de pais e mães e no comportamento das crianças. Ainda conforme o modelo, a percepção do relacionamento coparental de pais e mães exerceu influência sobre as parentalidades e os comportamentos infantis, e a parentalidade do pai influenciou os comportamentos prossociais dos/as filhos/as.

Em relação ao temperamento infantil, quanto mais sentimentos depressivos das crianças foram relatados, mais problemas de comportamento as mesmas apresentaram, menos os pais se envolveram com as crianças e mais positivamente eles perceberam sua relação coparental. Crianças que apresentam como características principais de temperamento tristeza, medo, raiva, baixa tolerância à frustração, desconforto e dificuldades em se acalmar utilizam-se do próprio comportamento no relacionamento com os pares ou adultos para expressar esse afeto negativo. Apresentam com maior frequência manifestações somáticas de sintomas emocionais, maior desobediência, brigas, agitação, impulsividade, desatenção, muitas vezes solidão ou falta de amigos. Lidar com essas manifestações é um desafio para os pais, principalmente quando têm que lidar diariamente com esses problemas de comportamento dos filhos. Com isso, eles tendem a valorizar e investir maior energia nas conversas e no trabalho conjunto da dupla coparental para se implicarem e lidarem com os problemas dos filhos em detrimento de um envolvimento individualizado que cada figura parental com a criança.

Quanto mais impulsividade e hiperatividade foram percebidas nas crianças mais dificuldades e capacidades os/as filhos/as apresentaram e mais positivamente as mães perceberam sua coparentalidade. Características da criança como rapidez para iniciar uma resposta, prazer de alta intensidade, baixa timidez e atividade motora extensa ou frequente influenciam o desenvolvimento de problemas de comportamento como os citados acima quando expressas de maneira inadequada, e de comportamentos prossociais quando são expressas num contexto adequado e com intensidade equilibrada, facilitando a abertura da criança para as relações interpessoais. Para as mães, as características de extroversão são fatores que aumentam sua percepção de uma boa coparentalidade, possivelmente porque necessitam de um maior apoio do pai nas decisões para lidar com uma extroversão inadequada da criança e de um maior compartilhamento com o pai de uma extroversão adequada que os aproximam.

Em relação a capacidade de autocontrole infantil, quanto mais ela foi relatada, menos problemas de comportamento e mais prossociabilidade as crianças apresentaram, mais pais e mães se envolveram com as crianças e mais positivamente as mães perceberam sua relação coparental. Por fim, quanto mais a criança apresenta capacidade de planejar e suprimir resposta de aproximação inadequada, de controlar sua impulsividade, de focar sua atenção, de ter prazer diante de situações pouco intensas e com pouca novidade, e de perceber pequenos estímulos do ambiente externo, menos problemas de comportamento e mais prossociabilidade ela apresenta. Com isso, mais o pai e a mãe se envolvem com a criança e exercitam sua parentalidade. Ou seja, quando a criança apresenta atributos pessoais mais colaborativos, a relação adulto-criança parece ser facilitada, com maior envolvimento de ambos os genitores. Além disso, as mães percebem uma maior coparentalidade com o pai, provavelmente pelo maior compartilhamento e aproximação entre o casal devido aos aspectos positivos que se destacam. Esses resultados sugerem que diferenças individuais na forma como as crianças expressam sua reatividade e autorregulação, constituídas a partir de influências biológicas, ambientais e de experiências, possuem uma relação direta com os comportamentos que ela apresenta, e como pais e mães desempenham suas parentalidades e coparentalidades.

Quanto maior a escolaridade paterna menos problemas de comportamento as crianças apresentaram e menos os pais se envolveram com as crianças e mais positivamente eles perceberam a coparentalidade. Quanto maior a escolaridade materna mais comportamento prossocial as crianças apresentaram. Esses dados indicam que pais têm maior influência em relação aos problemas de comportamento da criança e as mães em relação à prossociabilidade da criança. Nesse sentido, quanto maior a escolaridade da mãe, maiores são os recursos que ela aparenta apresentar para estimular comportamentos prossociais da criança. E quanto maior escolaridade do pai, mais recursos ele aparenta apresentar para lidar com comportamentos desajustados da criança, porém, o tempo que os estudos demandam pode explicar o baixo envolvimento paterno. A percepção do pai de uma melhor coparentalidade pode estar associada ao fato de quanto maior a escolaridade, mais as pessoas assimilam ideias de maior igualdade de gênero no desempenho de tarefas domésticas e no exercício da parentalidade.

Em relação à jornada de trabalho semanal, quanto maior a jornada de trabalho paterna, mais as mães afirmaram se envolver com as crianças, mas menos positivamente os pais perceberam a relação coparental; por outro lado quanto maior a jornada de trabalho materna, menos os pais se envolveram com as crianças. O que indica que a jornada de trabalho dos pais influencia diretamente a forma como os pais exercem a parentalidade e como se relacionam em relação ao cuidado dos filhos, mas não exerce influência direta no comportamento da criança. Os resultados destacam também que em famílias em que o pai trabalha fora com muita frequência, a mãe ainda é a responsável primária pela criança, e provavelmente exerce maior *maternal gatekeeping*, controle do quanto o pai se envolve em aspectos relacionados à criança, o que explica a percepção paterna de uma coparentalidade mais negativa. Além disso, fica evidente que mesmo com uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, o exercício da parentalidade paterna ainda é menor que o esperado.

Quanto mais velhos os pais, menos comportamento prossocial as crianças apresentaram, melhor foi a percepção do relacionamento coparental pelo casal, ocorreu maior envolvimento materno com a criança, e menos os pais se envolveram com a criança. Quanto mais velhas as mães, menos problemas de comportamento as crianças apresentaram e mais capacidades infantis foram percebidas, menos positivamente elas perceberam a relação coparental, mais o casal se envolveu com os/as filhos/as. Tendo em vista que a média de idade dos pais foi de 37 anos e das mães de 35 anos, quando falamos em pais e mães mais velhos(as), ainda estamos falando de uma geração de adultos jovens, cuja parentalidade e coparentalidade se desenvolvem em um contexto sociocultural em processo de transição. Coexistem o estímulo a uma maior participação do pai na vida dos filhos(as), a busca por uma maior igualdade no desempenho dos papeis entre pais e mães, a promoção de uma maior parceria entre o casal para criar os filhos, a mulher como responsável primária da criação dos filhos, casais que não estabelecem uma relação coparental e pais que se envolvem mais com o sustento do lar do que com a criança.

Ademais, quanto melhor foi a percepção da coparentalidade materna, menos problemas de comportamento das crianças foram reportados e mais capacidades prossociais, além de maior exercício da parentalidade materna e menor nível de parentalidade paterna. O que pode indicar que para as mães, desempenhar uma relação coparental positiva, faz com que ela desempenhe melhor seu papel parental e consiga influenciar da melhor forma o comportamento da criança. Ainda, o bom relacionamento coparental, o menor envolvimento paterno e maior envolvimento materno, podem indicar que mesmo as decisões sendo tomadas em conjunto, quem as exerce de fato é a mãe, até por isso, sua maior influência no comportamento da criança.

Em relação à percepção paterna da coparentalidade, quanto melhor essa foi percebida pelos pais, mais as crianças apresentaram problemas de comportamento e mais os pais exerceram sua parentalidade. Por fim, quanto mais os pais exerceram sua parentalidade, menos problemas de comportamento as crianças apresentaram. O que pode ser explicado na medida em que as crianças apresentam maiores problemas de comportamento, o pai busca aumentar o diálogo e o suporte entre ele e a mãe para lidar com a situação, e assim se envolve mais efetivamente com a criança, diminuindo os problemas de comportamento.

Dessa maneira, os resultados apontam para uma complexidade nas relações entre pais e filhos com evidências de especificidades nos modos como pais e mães interagem entre si e com as crianças que repercutem no comportamento infantil. Esses dados são importantes para pensarmos em políticas públicas de aprimoramento da paternidade e da maternidade, considerando-se as implicações socioculturais evidenciadas. Além de apontar outras lacunas na literatura científica para novas pesquisas.